



Envolver as escolas nas temáticas da Mutilação Genital Feminina e Casamentos Forçados

UM GUIA PARA PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

CREATE Youth-Net
Março 2015



Este projeto é co-financiado pelo
programa Daphne III

F→RWARD
Safeguarding rights & dignity

IKWRO

ADF ASSOCIAÇÃO
PARA O PLANEAMENTO
DA FAMÍLIA

FSAN Federatie Somalische
Associaties Nederland



Este guia foi elaborado pela parceria do projeto. Todas as entidades possuem uma vasta experiência no desenvolvimento de sessões nas escolas sobre Mutilação Genital Feminina e Casamentos Forçados. O guia fornece informações sobre ambas as temáticas, dando uma visão abrangente acerca da importância de envolver as escolas nas mesmas. Reforça alguns princípios base e considerações, sugerindo estratégias que potencializem o envolvimento efetivo das turmas neste trabalho, instruindo igualmente como proceder em caso de situações de risco.

Contents

Mutilação Genital Feminina: o essencial.....	4
Casamentos Forçados: o essencial	6
Por que razão se devem envolver as escolas nas temáticas da MGF e CF?.	8
Princípios para trabalhar as temáticas nas escolas	10
Estratégias práticas par ao envolvimento das escolas.....	15
Lidar com pedidos de ajuda	18
Os parceiros CREATE Youth-Net.....	22
Para apoio adicional.....	23
CREATE Youth-Net	23

Mutilação Genital Feminina

O que é a MGF?

MGF é a lesão ou remoção total ou parcial da genitália externa de raparigas ou mulheres, realizada por razões não médicas.

É normalmente praticada em meninas (idade média entre os 5 e os 8 anos), sem a utilização de equipamento médico esterilizado, por pessoas sem formação médica.

Existem quatro tipos de MGF, cujo espetro de intervenção vai desde a punção ou remoção de partes do clitóris, a remoção total deste, e dos grandes e pequenos lábios, até suturação dos lábios com o objetivo de fechar a maior parte da abertura vaginal (infibulação).

Quais são as consequências para a saúde?

De uma MGF podem resultar problemas físicos e emocionais cuja prevalência se mantém durante toda a vida da mulher. Exemplos destes problemas podem ser: hemorragias severas, dificuldades em urinar e menstruar, complicações durante a gravidez e parto, stress pós traumático, raiva e vergonha.

Por que é praticada a MGF?

Existem muitas razões associadas à prática da MGF e as famílias podem apresentar mais do que uma. As mais frequentes incluem:

- Preservar a identidade cultural e a tradição.
- Proteger a virgindade, diminuir o desejo sexual e garantir que não existe sexo antes do casamento.
- Um sinal de passagem da rapariga para mulher.
- Corresponder às expetativas sociais incluindo reconhecimento, pertença, aumentando as possibilidades de casamento.
- Má interpretação de crenças religiosas
- Beleza e higiene

Onde é praticada?

Mais de 125 milhões de mulheres em todo o mundo foram submetidas a uma MGF. A MGF é praticada em pelo menos 29 países africanos, em algumas comunidades do Médio Oriente e Ásia. A prática da MGF está também a aumentar em comunidades migrantes na Europa, Austrália e América do Norte. Estima-se que 500 mil mulheres vivam com consequências da MGF.

MGF e Direitos Humanos

A MGF é uma violação de vários direitos de raparigas e mulheres: integridade física, garantia de níveis ótimos de saúde e acesso a cuidados de saúde (incluído saúde sexual e reprodutiva), ausência de violência física, psíquica, lesão ou abuso.

Para além disto, a MGF é uma forma de violência baseada no género e é a única que apenas é praticada contra raparigas e mulheres, precisamente porque elas são raparigas e mulheres. A MGF é uma forma de manipular, controlar e modificar o comportamento destas raparigas e mulheres.

Por fim, a MGF é ilegal e classificada como abuso de menores em muito países europeus, incluindo Portugal.

Casamentos Forçados

O que são Casamentos Forçados?

Um casamento forçado é aquele em que uma ou ambas as pessoas não querem (ou no caso de pessoas com algum tipo de deficiência física ou intelectual não podem) consentir o casamento. Está associado sempre a algum tipo de coerção da parte de terceiros, a qual pode ser física, psicológica, financeira, sexual ou emocional.

Por que acontecem os Casamentos Forçados?

- Para controlar um comportamento indesejado e a sexualidade, prevenindo relações “despropositadas”, ou seja, com pessoas fora da comunidade, de outra casta, religião, etc.
- Para preservar os valores culturais e religiosos
- Para garantir a honra da família e/ou os compromissos estabelecidos entre famílias
- Pressão de grupo ou familiar
- Para garantir que terras, bens e riqueza permaneçam na família
- Para fortalecer os elos familiares
- Por motivos de residência e cidadania
- Para garantir apoio a um determinado membro da família com deficiência.

Casamentos forçados e Direitos humanos

Os casamentos forçados são uma violação grave dos direitos humanos de raparigas, rapazes, mulheres e homens, dado que os/as impede de escolher livremente com quem casar, que os/as impede de aceder plenamente a saúde, nomeadamente saúde sexual e reprodutiva, que lhes provoca violência física e psicológica, que lhes retira possibilidade de acesso a educação.

O direito a casar e a escolher com quem casar é o direito chave que os Casamentos Forçados violam. Para além disso os casamentos forçados são um tipo de violência baseada no género e acontece predominantemente a raparigas e mulheres para mudar ou controlar o seu comportamento.

Apesar de poucos países na Europa terem uma lei específica que puna os casamentos forçados, existem muitos aspetos que lhes estão associados que encontram enquadramento criminal tais como o rapto ou a violação. Os países europeus têm a responsabilidade de prevenir e proteger as pessoas em relação a esta prática.

Por que razão se devem envolver as escolas nas temáticas da MGF e dos Casamentos Forçados?

A Mutilação Genital Feminina e os Casamentos Forçados são formas de abuso de menores e violência contra raparigas e mulheres pelo que devem ser assumidas como parte integrante das estruturas de proteção de crianças e jovens, bem como dentro das políticas e procedimentos existentes.

Todas as pessoas que trabalham diretamente com crianças e jovens, incluindo as escolas e seu pessoal, têm uma obrigação legal de proteger ou denunciar situações de risco. Por outro lado, as escolas têm a responsabilidade de educar e formar as pessoas, promovendo igualmente a cidadania, a solidariedade e o respeito pelos direitos humanos, participando ativamente no desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas.

Considerando o quadro educativo em vigor atualmente é extremamente difícil para os/as professores/as desenvolverem atividades extra curriculares que abranjam estas temáticas. A sua discussão e debate está, atualmente, dependente do seu enquadramento nas matérias das disciplinas e do interesse específico que docentes possam ter acerca dos temas.

Não existe igualmente formação específica para este setor profissional para a adequada abordagem e intervenção na área. No entanto, o facto de Portugal possuir um Programa de Ação Nacional para a prevenção e eliminação da MGF de cujo grupo de trabalho faz parte, também a Direção Geral da Educação faz com que o trabalho em rede e a disponibilidade de diversas entidades parceiras possa colmatar as lacunas que o próprio sistema proporciona.

“ Os profissionais das escolas são particularmente importantes na resposta de primeira linha a situações de abuso e violência pois conseguem identificar as situações cedo e impedir o seu agravamento. Fazem parte de um sistema de proteção de crianças.

Keeping Children Safe in Education – Guia estatutário para escolas do Departamento de Educação do Reino Unido, 2014

“ Os estabelecimentos educativos devem criar espaços de abertura para que alunas e alunos possam, de forma confortável, falar sobre os problemas que enfrentam - um ambiente em que a MGF possa ser falada abertamente e aconselhamento dado. As alunas devem saber que serão ouvidas e as suas preocupações tidas em consideração de forma séria.

Guidelines da Multi-Agency do Reino Unido para a Mutilação Genital Feminina

“ As escolas deveriam garantir que existe alguém com a função de proteção das crianças e jovens, apoiando as famílias com necessidades ou que são alvo de algum tipo de violência, incluindo o casamento forçado.

The Right to Choose – Guia Estatutário da Multi Agência para lidar com Casamento Forçado no Reino Unido

Princípios para trabalhar as temáticas nas escolas

É importante que todo o envolvimento em torno da MGF e CF seja feito sob a ótica dos direitos humanos, de maneira a que os alunos e alunas estejam conscientes dos seus direitos. É fundamental que este envolvimento nas escolas garanta igualmente o não comprometimento da dignidade e direitos humanos destes e destas jovens que podem ser afetados/as pelas práticas ou pertencer a comunidades onde estas são prevalentes.

“ A MGF [e os CF] são assuntos sensíveis, tabu e por vezes questões políticas e percebidas como religiosas. Abordagens despropositadas podem levar a que sejam praticadas de formas ainda mais obscuras prejudicando os esforços que se têm feito para as cobater e aumentando os conflitos e tensões.

Guia Do No Harm – the Girl Generation, Reino Unido, 2014

Por serem questões sensíveis, ligadas a crenças religiosas ou outras e muitas vezes tabu, abordagens desadequadas podem trazer consequências que levam a que estas práticas se tornem cada vez mais escondidas, prejudicando os esforços que se tem vindo a fazer para lhes pôr um fim.

Não causar transtorno; criar de um espaço de sensibilidade cultural; evitar estigmatização; adequar à idade

O envolvimento na MGF e CF não pode, de maneira nenhuma, causar transtorno, de forma intencional ou não. Este pode acontecer quando o conhecimento acerca da complexidade e sensibilidade das temática é precário. O presente guia pretende dar princípios orientadores que previnam situações prejudiciais aquando do trabalho com as comunidades.

- » A informação acerca das práticas deve ser factual, sem juízos, realista e relevante. Evitar o uso de termos que são por si só juízos, como por exemplo “prática bárbara” ou “selvagem” em relação aos “outros”.
- » O envolvimento não deve criticar, demonizar, culpar ou estigmatizar as culturas ou as comunidades. É fundamental que a crítica se baseie nas práticas e não em quem as pratica.
- » Evitar linguagem e imagens explícitas ou chocantes, as quais podem re-traumatizar ou re-vitimizar a dignidade de quem possa ter passado pelas práticas.
- » O medo das práticas deve ser minimizado e as preocupações respondidas adequadamente. Deve-se garantir que jovens, profissionais e famílias compreendem o contexto sociocultural em que as práticas acontecem.
- » Evitar reforçar ou perpetuar os estereótipos em torno das comunidades e jovens que podem estar em risco de MGF e CF.
- » Abordar sempre o assunto como se estivesse presente alguém que passou pelas práticas, criando-se um espaço de compreensão que ajudará estes/as jovens a procurar o apoio de que necessitam.
- » As sessões devem ser para todas as pessoas ou uma possibilidade para todas as pessoas, ou seja, não deve haver uma seleção de pessoas a quem direccionar as sessões de acordo com uma suposta assunção de maior risco. Uma abordagem deste género iria reforçar o paradigma de que estas práticas apenas afetam uma pequena faixa da sociedade e levaria a estigmatização.
- » Criar espaços de partilhas múltiplas
- » É essencial que se identifiquem serviços de apoio acessíveis, com abordagem, específica em MGF e Casamentos Forçados.
- » Garantir que a informação é adequada a jovens e que existem abordagens distintas constante as idades do grupo em questão.

Abordagem da escola como um todo

As escolas devem ter uma abordagem holística quando lidarem com situações de MGF e CF. Esta abordagem inclui:

- » Procedimentos de proteção abrangentes que incluam ambas as práticas
- » Formação do pessoal docente e não docente
- » Garantir que existe alguém que seja responsável por assumir o papel de proteção e que seja reconhecido/a por todos/as como tal
- » Identificar organizações que possam fornecer apoio individual a jovens.
- » Disseminação de materiais acerca da MGF e CF incluído serviços de apoio.
- » Trabalho em rede com a comunidade. Construir relações próximas com as famílias, líderes comunitários, serviços de apoio e associações de imigrantes e de mulheres.
- » Aceder a apoio de entidades externas com conhecimento e experiência, de forma a envolver os/as jovens nas atividades.

Contexto de intervenção – Violência baseada no género, Educação para a Saúde, Educação Sexual, Cidadania.

- » MGF e CF deveriam constar dos currículos escolares em pelo menos uma das áreas descritas. Isto permitiria que os/as alunos/as entendessem perfeitamente o contexto destas temáticas enquadradas nas restantes e não apenas como algo solto que surgiria numa sessão esporádica.
- » MGF e CF devem surgir numa abordagem centrada nos direitos humanos, promotora dos direitos, em especial de meninas, raparigas e mulheres, reforçada pelos direitos à segurança e liberdade, dignidade, integridade física, autonomia sexual, não discriminação, educação e igualdade de participação e tomada de decisão entre homens e mulheres.

Regras básicas

- » Garantir que os/as alunos/as compreendem que falar sobre MGF e CF é difícil e requer sensibilidade, dado que muitas das sessões serão sobre abuso e violência.
- » Permitir que as pessoas se ausentem caso necessitem de tempo para refletir. Garantir que existe apoio para alguém que necessite.
- » Apresentar uma atitude sensível e servir de modelo para que quem assiste à sessão saiba como se comportar. Este comportamento deve ser empático em relação às raparigas ou mulheres que passaram pelas práticas.
- » Reforçar e relembrar os/as alunos/as acerca das regras, em especial dos limites da confidencialidade que se requer em todas as sessões deste género.

Preparação e questões práticas

- » Em primeiro lugar é necessário formar o corpo profissional. Esta formação deve ser bem mais do que apenas identificar o que são as práticas. Deve abranger questões sobre proteção das raparigas, da responsabilidade dos profissionais de confidencialidade e de como, proactivamente, podem procurar situações de risco de forma a atuar de forma sensível mas eficiente
- » Deve haver tempo para garantir que os/as alunos/as compreenderam as situações, bem como para fazerem perguntas livremente.
- » O formato de Assembleia pode não ser eficiente, pois muitas vezes as pessoas que são afetadas pela prática podem não se sentir confortáveis a falar em frente de todas as outras. Atividades mais interativas que promovem o debate podem ter mais sucesso.
- » Sessões mistas e também exclusivas para o género feminino e para o género masculino podem ser igualmente interessantes, pois permitem discussões diversas. Proporcionar ambas as situações pode ser interessante.

Envolver e empoderar jovens

- » Ter uma atitude positiva sem tentar chocar ou culpar. Promover aquilo que pode ser a participação ativa de jovens e crianças na promoção da saúde, segurança e direitos das outras pessoas.
- » Permitir reconhecer os valores e influências que estão por detrás das práticas.
- » Trabalhar nos sítios onde as crianças e os/as jovens estão. Perceber o conhecimento que já possuem e aquilo que conseguem fazer e dizer.
- » Encorajar jovens a refletir acerca daquilo que aprenderam e acerca dos progressos que vão fazendo. Promover que os/as jovens possam transpor as suas aprendizagens para outros contextos, nomeadamente para outras turmas, para fora da escola, para a comunidade e para a sociedade em geral.
- » Promover o questionamento da informação disponível. Promover a confiança para construir as suas experiências e expressar as suas opiniões.
- » Facilitar o papel ativo e participativo de crianças e jovens no combate à MGF e Casamentos Forçados.

Estratégias práticas para o envolvimento das escolas

Formação do corpo profissional

O corpo profissional deve saber o que são MGF e CF pelo que deverão decorrer sessões sobre estes temas para garantir, caso necessário, um bom ambiente de suporte. A formação dos profissionais pode ser feita de várias formas – um dia de formação intensiva, sessões frequentes ou reuniões regulares. As questões da MGF e CF podem igualmente ser incluídas em sessões mais abrangentes sobre proteção de crianças e jovens, a que todos/as deveriam assistir.

Esta formação não deve incidir apenas no corpo docente, mas envolver também pessoal administrativo e direção que deverão conhecer e facilmente informar acerca dos mecanismos de apoio disponíveis. Estas pessoas deverão igualmente saber: como proteger as alunas, quais os fatores de risco, como responder em situações em que se deparam com uma MGF ou risco de Casamento Forçado. Por outro lado, devem também estar conscientes das suas responsabilidades e sentirem-se confortáveis no desempenho deste papel.

Existem várias organizações que podem oferecer formação específica nestas áreas para o pessoal das escolas.

Sessões de sensibilização para alunos/as

Os/as alunos/as devem saber que a MGF e os Casamentos Forçado são práticas que os afetam diretamente, pelo que podem incluir-se em temáticas mais abrangentes como cidadania, direitos humanos ou educação sexual. Normalmente estas sessões podem acontecer a partir do 2º Ciclo do Ensino Básico, embora existam algumas evidências de sucesso em trabalho desenvolvido com crianças do 1º ciclo do ensino Básico. O mais importante ao desenvolver as sessões é ter em consideração, sempre, a idade do público-alvo, adequando a intervenção e a linguagem. Fundamentalmente as sessões devem incidir na compreensão destas práticas enquanto violação dos direitos humanos, que estas são prejudiciais e que existem locais onde as pessoas podem obter apoio. As sessões devem ser interativas, no sentido de promover debate e empoderamento. Existem diversas organizações que podem prestar apoio ou dinamizar sessões, recorrendo à sua experiência e conhecimento na área (Associação para o Planeamento da Família; UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, Movimento Musqueba, CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género)

Trabalho interpares: investigação realizada por jovens, apresentações, campanhas e eventos nas escolas

Os/as jovens devem ser encorajados/as a, proativamente, agir nestas temáticas através de eventos criativos e outros meios efetivos de chegar aos seus pares. As escolas, por seu turno, devem criar as condições para tal acontecer, não só dentro do ambiente escolar mas também fora dele, ao nível da comunidade e sociedade em geral.

Exemplos desta ações podem ser:

- » Escolher a MGF e CF como os temas a desenvolver nos projetos educativos ou de investigação, escrevendo, por exemplo, um artigo sobre as temáticas.
- » Apresentar à turma, a outras turmas ou aos familiares algo sobre os temas
- » Criar posters sobre as temáticas para serem dispostos por toda a escola
- » Organizar um debate, uma peça ou uma música sobre MGF e Casamentos Forçados
- » Convidar organizações que trabalhem na área para participar em ações na escola e colaborar com essas organizações nas suas ações, introduzindo o contributo das pessoas mais jovens
- » Organização de um evento
- » Angariar fundos ou apoiar um projeto ou ação específica sobre o tema

Sessões para famílias e seu envolvimento

As sessões para as famílias são uma forma efetiva de envolver muitas pessoas, nomeadamente aquelas que têm o poder de decisão nestas situações. Tal como as sessões para estudantes, estas não devem ser direcionadas para famílias específicas ou faixas específicas da comunidade.

A MGF e os CF são questões de direitos humanos, com implicações ao nível da proteção de crianças e jovens que devem preocupar e envolver todas as famílias. O envolvimento pode incluir:

- » Cartas a enviar para casa dos/as alunos/as, informando acerca dos temas que se estão a falar na escola.

- » Manhãs ou tardes de convívio com familiares: note-se que aqui é necessário existir sensibilidade e factualidade. Muitas vezes pode ser importante contar com a +resença de alguém da comunidade que possa atuar como mediador/a, para ser mais fácil o contacto ou para traduzir alguma coisa para outras línguas.
- » As sessões devem ser consideradas como questões genéricas de proteção de crinaças e jovens para que os familiares se sintam confortáveis em participar.

Disseminação de informação sobre MGF e Casamentos Forçados

A informação que é partilhada sobre estes temas deve ser clara e estar disponível em toda a escola – nomeadamente a informação que incide sobre os serviços de apoio. Deve ser acessível para jovens, ter em conta aspetos culturais e não chocar. Os formatos possíveis podem ser:

- » Através dos ecrãs de TV ou outros existentes na escola
- » Website e redes sociais da escola
- » Informação nos locais de apoio das escolas, no gabinete da direção, etc.
- » Colocar posters nas casas de banho, nomeadamente nas das raparigas.
- » Informação nos cadernos e manuais escolares.

Lidar com pedidos de ajuda

Difícilmente as raparigas irão referir, em ambiente escolar, que foram submetidas a uma destas práticas ou que se encontram em risco, mas é importante prever ou, acontecendo, saber como lidar com essas situações. A partir do momento em que as/os profissionais tenham sinais de que alguma coisa se passa, devem tentar encontrar serviços e apoio ao nível de entidades especializadas, sejam elas organizações da sociedade civil ou organizações do Estado, para que estas entidades possam agir em conformidade, dando o apoio que a pessoa necessita ou conduzindo os casos para os órgãos competentes adequando a intervenção.

Obrigações e considerações acerca da proteção de crianças e jovens

- » Garantir um ambiente saudável onde as crianças possam aprender e crescer
- » Identificar crianças que possam necessitar de apoio extra ou que possam estar a passar por algum tipo de sofrimento. O pessoal da escola deve intervir de forma adequada e sensível com qualquer criança identificada.
- » Seguir os protocolos designados pelas comissões de proteção de crianças e jovens
- » Receber formação
- » Alertar para situações de abuso ou negligência para que exista uma maior sensibilização para questões de risco, incluído MGF e Casamentos Forçados
- » Comunicar com serviços sociais ou de proteção de menores
- » Se se perceber que o risco é imediato – por exemplo que a criança pode ser levada para o seu país de origem ou desaparecer com a família – é preciso contactar a polícia de imediato.

Se algum funcionário da escola identificar uma criança que se considere em potencial risco, deve comunicar à escola, nomeadamente a quem possa estar designado como a pessoa de referência para as questões de proteção de menores. A MGF e os Casamentos Forçados são formas de abuso de crianças, pelo que devem ser tratadas enquanto tal.

“ Se existe preocupação acerca de alguém que possa estar em risco de ser subtida a uma MGF ou o foi de facto, deverá denunciar esta situação às autoridades. É da responsabilidade das autoridades investigar e proteger qualquer rapariga ou menina em risco.

Guidelines da Multi-Agency para a Mutilação Genital Feminina

Se um/a jovem contar que foi ou será alvo de uma destas práticas

- » Permaneça calmo/a, apesar de serem assuntos delicados e emotivos. É importante que a criança ou jovem se sinta confortável e não entre em pânico.
- » Evite atribuir sentimentos pejorativos como “deves estar com muita raiva dos teus pais” ou “de certeza que tens ódio pelo que te fizeram”, deixe que o/a jovem fale acerca daquilo que são os seus reais sentimentos.
- » A criança ou jovem pode estar muito confusa acerca do que lhe aconteceu e apesar de estar em sofrimento, pode não reagir bem a críticas em relação aos seus familiares e à sua cultura. Evite usar linguagem como “prática bárbara”, “primitiva”, “cruel” ou outra do género. O seu uso apenas vai colocar a criança mais defensiva e tornar a intervenção ineficaz. A criança pode referir-se à MGF utilizando termos diferentes, como Suna, Fanado, ou Corte.
- » Não faça perguntas intrusivas, nomeadamente sobre pormenores explícitos da situação. A pessoa deve partilhar apenas aquilo que se sente confortável em partilhar. Não é função de nenhum membro da escola investigar sobre o que se passou.
- » É possível que o/a jovem peça sigilo sobre a conversa, pelo que é importante não fazer promessas que não se poderão cumprir. Se uma jovem for submetida a MGF ou Casamento Forçado a informação, tem de ser passada às entidades competentes e isto deve ser esclarecido de imediato à pessoa.
- » Deve garantir-se que o apoio para a jovem existe e está acessível. Existem organizações não-governamentais e profissionais de referência que podem responder adequadamente.
- » Não fique ansioso/a com as questões dos/das jovens, ou com a possibilidade de não saber responder a alguma. É melhor admitir que não dispõe da informação e encaminhar, do que dar informações erradas. Mais uma vez as organizações especializadas podem ser parceiros muito úteis: Associação para o Planeamento da Família; UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, Movimento Musqueba, CIG- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Para apoio adicional:

Associação para o Planeamento da Família

T: + 351 213 853 993 (Sede – Lisboa)

E: miguelfeio@apf.pt

W: <http://www.apf.pt>

Movimento Musqueba – Associação para a Promoção e Valorização da Mulher Guineense

E: geral.projetomusqueba@gmail.com

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

T: + 351 217 983 000

E: cig@ciq.gov.pt

W: <http://www.ciq.gov.pt>

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

T: + 351 218 873 005 (Sede – Lisboa)

E: umar.sede@sapo.pt

W: <http://www.umarfeminismos.org>

Planos e Programas de Ação

V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014-2017
http://www.ciq.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/V_PL_IGUALD_GENERO.pdf

III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina
<http://www.ciq.gov.pt/wp-content/uploads/2014/07/III-Programa-de-A%C3%A7%C3%A3o-para-a-preven%C3%A7%C3%A3o-e-elimina%C3%A7-%C3%A3o-da-MGF-Anexo-DR.pdf>

Linhas de ajuda

T: Número Nacional de Socorro - 112

T: Linhas de apoio da CIG:

Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica: + 351 800 202 148

Serviço de Informação Jurídica e Apoio Psicossocial: + 351 217 983 000 (Lisboa)

+ 351 222 074 370 (Porto)

O CREATE Youth-Net é um projeto Europeu que liga quatro entidades parceiras em três países diferentes (Reino Unido, Países Baixos e Portugal) para a criação de uma rede de jovens com paixão pelo trabalho de *advocacy* pelo fim da Mutilação Genital Feminina (MGF) e dos Casamentos Forçados (CF).

O CREATE Youth-Net envolve formar jovens, desenvolver materiais a si direcionados sobre MGF e CF, aumentar a sensibilização pública sobre os temas através de campanhas e eventos e mobilizar profissionais chave através de ações de formação e desenvolvimento de materiais.

Os parceiros do CREATE Youth-Net são:

Foundation for Women's Health Research and Development (FORWARD) – Reino Unido:

Uma organização de mulheres africanas, dedicada a promover e salvaguardar a saúde e os direitos de meninas e raparigas africanas, através de campanhas, trabalho de *advocacy*, formação e educação, prestação de apoio, produção de investigação e informação e envolvimento comunitário.



www.forwarduk.org.uk

forward@forwarduk.org.uk

Iranian and Kurdish Women's Rights Organisation (IKWRO) – Reino Unido:

Uma organização de mulheres que trabalha com outras mulheres Afegãs e do Médio Oriente em risco violência baseada na "honra", casamento forçado, casamento infantil, MGF e violência doméstica, promovendo os seus direitos.



www.ikwro.org.uk

info@ikwro.org.uk

Associação para o Planeamento da Família (APF) – Portugal:

Trabalho em torno dos Direitos em Saúde Sexual e Reprodutiva, através da identificação de necessidades e promovendo apoio e respostas para populações vulneráveis (crianças, mulheres, migrantes, minorias, etc.) acerca dos seus direitos humanos, especialmente os associados à saúde sexual e reprodutiva.



www.apf.pt

apfsede@apf.pt

The Federation of Somali Association Netherlands (FSAN) – Países Baixos:

Uma plataforma e uma organização sem fins lucrativos, que visa promover e facilitar a participação das pessoas Somalis na sociedade holandesa, reforçando a posição da diáspora somali nos Países Baixos, promovendo a colaboração entre organizações Somalis e o governo, através de influência e lobby e implementação de projetos e atividades.



www.fsan.nl

info@fsan.nl